

Uma agenda para outubro

NOENIO SPINOLA*

O presidente da Câmara, deputado Michel Temer, passou por São Paulo um dia antes do leilão da Telebrás, quando participou de um almoço de trabalho com empresários do mercado financeiro e de capitais.

Por um momento a conversa entrou no terreno movediço dos impostos. Foi dito que a cunha fiscal e restrições cambiais diminuem a capacidade competitiva dos brasileiros.

O cenário que o sr. Temer desenhou comentando o que ouviu não difere muito do que afirmam o presidente do Citibank, Alcides Amaral, ou empresários com extenso currículo, como Roberto Teixeira da Costa e Marcílio Marques Moreira.

As privatizações funcionaram até agora como uma ponte para a travessia entre uma economia com contas públicas desajustadas, e um Estado mais enxuto, que deveria contribuir também para aumentar a poupança interna. Passado o período de tolerância para os ajustes, diz Alcides Amaral, os fluxos de capital de longo prazo poderão continuar. A aposta depende das reformas.

Trata-se de um cenário consensual, mas pouco traduzido em agenda prática. Foi isso que o sr. Michel Temer fez durante o almoço promovido pela BM&F. Disse ele: "Se não houver um segundo turno nas eleições para a Presidência, entre 7 de outubro e 15 de dezembro, o Congresso terá tempo para apreciar e votar a reforma tributária (...) Desde que o governo introduza uma proposta definitiva."

A discussão mais racional sobre "quem vai carregar o quê e quanto" da carga tributária terá que se enquadrar nesse cenário de prazos curtíssimos e algum risco político. Fora dele, novos impostos só serão cobráveis no ano 2000. E aí o país terá mais um exercício complicado para as exportações, o mercado financeiro e as relações da União com estados e municípios.

A área mais crítica e mais vulnerável à incerteza é a das exportações. Com a queda na cotação de várias commodities, os exportadores contam com uma estrutura tributária mais inteligente em vigor já em 1999 para compensar a rigidez cambial. Num cenário de impasse, o mercado das bolsas também fugirá mais rápido para o exterior, empurrado pelas privatizações.

Cenários desse tipo prestam-se em geral a reivindicações postas na mesa sem-cerimônia. Não foi o que fez o sr. Manoel Félix Cintra Neto, presidente da BM&F, que tem ocupado espaços no diálogo com Brasília. Dele não se ouviu uma retórica protecionista no estilo dos anos 70 ou 80.

A tônica de discursos desse tipo é hoje "competitividade e custos." Ninguém mais discute a inevitabilidade da globalização, e todos concordaram que só conseguirão manter mercados consumidores de matérias-primas, serviços ou manufaturados se satisfizerem a clientela. Daí deriva o tom de legitimidade com que se mistura atualmente a agenda política com a agenda empresarial entre o Centro Velho e a Avenida Paulista.

Com alguma sutileza está sendo possível até mesmo passar aos políticos um recado: se as leis e o sistema brasileiro forem piores que os estrangeiros, os postos de trabalho serão exportados, mas junto com eles exporta-se também a capacidade para legislar e regular. Por exemplo: quando o Brasil era um grande produtor de algodão, a arbitragem das disputas entre agricultores, *traders* e industriais era totalmente feita por instituições brasileiras. Bastou aumentar a fatia das importações para que Liverpool impusesse seu foro como local de arbitragem para qualquer disputa entre importadores brasileiros e exportadores. Tribunais de arbitragem ganham dinheiro, dão emprego e geram serviços para as cidades onde funcionam. Transporte atores e circunstâncias para o mercado de capitais e verá bancos custodiantes multinacionais reclamando a capacidade regulatória para o local onde os papéis forem mais negociados. Vale dizer, desempregue-se a CVM ou qualquer órgão do gênero se seus mercados tiverem volumes menores.

A partir dessa nova realidade da globalização de mercados e leis, empresários e políticos deixaram de discutir favores e passaram a trabalhar com estratégias cooperativas, sim, com os órgãos reguladores estrangeiros. Mas certos de que além do romantismo da cooperação o que prevalece, mesmo, é a competitividade.

E-mail: noenio@ibm.net